

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELISEU PEREIRA MARENCO

A MÃO INVISÍVEL DO ESTADO

Porto Alegre
Junho de 2013

ELISEU PEREIRA MARENCO

A MÃO INVISÍVEL DO ESTADO

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, na Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professor orientador: Me. Saulo Armos

Porto Alegre
Junho de 2013

Dedico este trabalho à Marcia, minha esposa, assim como ao meu filho Otávio Germano,
que tanto me apoiaram com paciência e dedicação,
ajudando a transformar o meu maior sonho em
realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que, de algum modo, contribuíram para que este estudo pudesse se concretizar.

Em especial, ao professor Saulo Armos, meu orientador, pelo apoio em todas as reuniões. Sua firmeza e sabedoria foram decisivas na conclusão que deu origem a este trabalho.

Aos professores da FACE-PUC/RS, em geral, pela abertura de tantas portas que me permitiram a obtenção de conhecimentos valiosos e a possibilidade de conquistá-los cada vez mais.

Aos colegas de sala de aula pelo companheirismo e disponibilidade.

Aos meus colegas de trabalho, que tiveram paciência e disposição para dar cobertura às minhas ausências, acreditando e apostando nesse projeto.

Aos meus pais, que infelizmente não estão mais aqui para compartilhar essa minha alegria, mas que certamente estão muito orgulhosos da conquista de seu filho.

Finalmente e principalmente, agradeço a Deus, pai todo poderoso, que me deu a vida e a honra de poder chamar a todos vocês de meus irmãos.

Nada é certo nesse mundo, exceto a morte e os impostos.

Benjamin Franklin

RESUMO

Contrário aos altos impostos e às intervenções do governo, Adam Smith, autor do livro *A Riqueza das Nações*, achava que a excessiva intervenção estatal tornava a administração pública ineficiente. Ao cunhar o termo “*mão invisível*”, se referiu à força existente na economia de mercado que coordena e orienta os indivíduos numa determinada ordem.

Ainda no século XVI este pensador já havia percebido algo que ainda persiste fortemente séculos depois e torna a vida do cidadão comum e das empresas um verdadeiro inferno – o misterioso custo da burocracia, que só no Brasil consome bilhões de reais anualmente e faz do país um dos piores no ranking da competitividade.

No caso brasileiro, a “*mão invisível*” tem funcionado na direção oposta, vindo de cima para baixo, do governo para a sociedade. Para uma nação formada na tradição oral e, ao mesmo tempo, apaixonada por papéis, assinaturas, carimbos, etc., o desenvolvimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) parece algo saído de um filme de ficção científica.

Tanto as empresas como os cidadãos já perceberam que diante dos inúmeros cruzamentos tributários que as fazendas públicas têm praticado – DIRPF, DIRF, DIMOB, DIMOF, COAF, DOI, DIMED, DCTF, DACON, DECRED, NF-e, Projeto SPED, etc., está ficando cada vez mais difícil sonegar no Brasil, com aplicação de pesadíssimas multas a quem for pego evadindo tributos, ou seja, os contribuintes já perceberam que a “*mão invisível*” do Estado está cada vez mais próxima e presente em suas vidas.

A pesquisa desenvolveu-se na análise de dados estatísticos publicados nos sítios da OCDE, ONU, IBPT e IBGE, com informações referentes aos anos de 1988 a 2012, com o objetivo de levantar dados para embasar tópicos referentes à pesquisa, sendo este o método utilizado para a coleta de dados.

Os resultados indicam que a percepção da “*mão invisível*” do Estado controla toda a conjuntura – tendo livre mercado, ou não, importando em uma carga tributária cada vez mais elevada e perversa.

Palavras-Chave: Tributos, Sped, PIB, mão invisível

ABSTRACT

Contrary to high taxes and Government interventions, Adam Smith, author of the book *the wealth of Nations*, found that excessive state intervention made inefficient public administration. To coin the term "*invisible hand*", referred to the existing force in the market economy who coordinates and guides individuals in a certain order.

Still in the 16th century this thinker had perceived something that still persists strongly centuries later and makes the life of ordinary people and businesses a real hell-the mysterious bureaucracy, which only cost in Brazil consumes billions of dollars annually and makes the country one of the worst in terms of competitiveness.

In the case of Brazil, the "invisible hand" has worked in the opposite direction, from top to bottom, from the Government to the society. For a nation formed in the oral tradition and, at the same time, in love with papers, signatures, stamps, etc., the development of public Digital bookkeeping System (SPED) looks like something out of a science fiction movie.

Both companies and citizens have realized that in the face of numerous tax that crosses public farms have practiced-DIRPF, DIRF, DIMOB, DIMOF, COAF, DOI, DIMED, DACON, DCTF, DECRED, NF-e, SPED, etc., is getting increasingly difficult to deny in Brazil, with massive fines to anyone caught evading taxes, that is, taxpayers have realized that the "invisible hand" of the State is ever closer and present in their lives.

The research developed in statistical data analysis published in the OECD, UNO, IBPT and IBGE, with information for the years 1988 to 2012, with the goal of raising data to support topics relating to research, which is the method used for data collection.

The results indicate that perception of the "invisible hand" of the State controls the whole situation-we have free market, or not matter an increasingly high tax burden and perverse.

Keywords: Taxes, Sped, GDP, invisible hand

1 INTRODUÇÃO

Para a administração de empresas brasileiras, além da eficiência exigida para sobreviver às condições adversas do mercado e das taxas de juros, o contexto sistêmico

macroeconômico impõe uma condição adicional e necessária: ter uma elevada capacidade de gestão na área tributária. Pela necessidade de administrar dezenas de impostos, taxas e contribuições, não é surpresa a constatação de que grande parte do esforço das empresas para conseguir aumentar seus resultados fosse perdida sob a forma de tributos. No entanto, poucas organizações no país são capazes de efetivar uma estratégica administração tributária – um dos maiores desafios dos empresários e tributaristas brasileiros.

Cabe aos empresários e seus tributaristas o efetivo controle e planejamento dos tributos gerados pelas operações e resultados empresariais, além da realização de análises de todas as implicações tributárias de cada transação relevante. Dessa forma, um confiável sistema de informações contábeis combinado com sólidos conhecimentos sobre legislação tributária e uma contínua atualização são essenciais para que se possa ter a certeza de estar apurando, recolhendo e informando às administrações públicas corretamente os tributos incidentes nas atividades empresariais, evitando assim, sujeitá-la a possíveis infrações fiscais ou penais.

Conhecer os tributos que incidem sobre as atividades das empresas brasileiras é relevante, mas é algo difícil de ser verificado. Os detalhes da legislação tributária são importantes e, literalmente, há minúcias de dispositivos tributários e suas respectivas obrigações acessórias que precisam ser aprendidos e bem conduzidos, para uma gestão tributária eficiente e eficaz.

Do ponto de vista financeiro, os tributos representam uma drenagem de caixa forçada que, ao incidirem:

- a) Sobre as mercadorias, aumentam os custos;
- b) Sobre as vendas, restringem as margens de rentabilidade dos produtos; e
- c) Sobre os resultados, reduzem o retorno sobre os rendimentos dos acionistas/proprietários e não estimulam novos investimentos de expansão e geração de empregos.

Hoje, a redução dos custos é uma necessidade a todas as empresas brasileiras, sob condições de alta competitividade, que impõe de forma ainda mais urgente no que tange aos custos tributários, dado seu fortíssimo incremento nos últimos anos e suas características de drenar o caixa das organizações.

Diante desse cenário, estima-se que atualmente as empresas brasileiras escondam 25% de seu faturamento para sonegar impostos, utilizando tal procedimento como diferencial competitivo, resolvendo fluxos de caixa presentes e esquecendo-se que tal procedimento

poderá comprometer fluxos de caixa futuros, podendo, inclusive, comprometer a perpetuidade do negócio, pois a “mão invisível” do Estado está presente nos cruzamentos que são feitos pelas administrações tributárias públicas através das diversas obrigações acessórias criadas para fiscalizar os contribuintes.

Na atualidade, mais especificamente desde 2007, somando-se às obrigações acessórias até então existentes, portanto se sobrepondo, foi criada uma nova forma de fiscalização dos contribuintes, denominada de Sped (Sistema Público de Escrituração Digital), composta por grandes subprojetos implantados no país, a saber:

- a) ECD – Escrituração Contábil Digital;
- b) EFD Fiscal – ICMS/IPI;
- c) EFD Contribuições – PIS/COFINS/INSS;
- d) EFD Social – Folha de Pagamento;
- e) EFD IRPJ – IRPJ/CSLL;
- f) NF-e – Nota Fiscal Eletrônica;
- g) CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico; e
- h) NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

A justificativa para a criação desse projeto é a simplificação e a transparência na relação entre o fisco e os contribuintes, constituindo-se em um avanço na informatização, fazendo parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.

De modo geral, representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais, que consiste em um formato diferenciado no cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, gerando assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Essa nova realidade explica, em parte, o porquê de, mesmo com a economia brasileira desacelerando, ano após ano, a arrecadação tributária brasileira estar batendo recordes e pesando cada vez na relação Carga Tributária X PIB. Os contribuintes se deram conta que está muito difícil sonegar nesse cenário e estão cada vez mais, sonegando menos. Há previsão de que em 10 anos, a sonegação deva cair para um nível comparável ao de países desenvolvidos, devido a esses novos sistemas de cruzamento de dados, segundo o IBPT.

Por isso, esse trabalho tem como objetivo apresentar as principais consequências da percepção da presença cada vez mais constante e eficaz da “mão invisível” do Estado, face as novas obrigações acessórias que expõem os contribuintes, na questão da sonegação fiscal, corroborada por uma legislação tributária complexa, com dúvidas interpretações e constantes alterações, atrapalhando o pleno planejamento tributário das empresas, pois mesmo o empresário disposto a recolher corretamente os tributos incidentes sobre suas atividades, não se sente seguro, diante desse “manicômio” tributário que só faz aumentar o chamado custo Brasil.

2 MÉTODO

A metodologia são as etapas que deve-se seguir no projeto, ou seja, é a análise dos métodos que serão utilizados para fazer a pesquisa do trabalho de acordo com o objetivo do mesmo. O presente trabalho caracteriza-se pela análise de dados estatísticos publicados nos sítios da OCDE, ONU, IBPT e IBGE, com informações referentes aos anos de 1988 a 2012, com o objetivo de levantar dados para embasar tópicos referentes à pesquisa.

O processo investigatório utilizado é de coleta de dados, análise e avaliação da relação, arrecadação tributária versus PIB. As técnicas utilizadas para efetuar as coletas de dados foram a busca de dados estatísticos.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento da pesquisa será de forma qualitativa. O método, ou seja, a forma de pesquisa realizada é um facilitador para executar a pesquisa, onde pode-se planejar para tirar críticas e conclusões.

Conforme Roesch (2005) pode-se dizer que o delineamento da pesquisa determina quem vai ser pesquisado e quais questões serão levantadas. Ainda segunda a autora, a pesquisa qualitativa é indicada para avaliação formativa. Quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, plano, ou mesmo, quando é o caso da proposição de planos, ou seja, quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção.

O delineamento ocupa-se precisamente do contraste entre a teoria e os fatos e sua aplicação de uma estratégia ou plano geral que determine as operações necessárias para

fazê-lo. Constitui, pois, o delineamento a etapa em que o pesquisador passa a considerar a aplicação métodos discreto, ou seja, daqueles que proporcionam os méis técnicos para a investigação (GIL, 1999, p.64)

Este artigo foi feito de forma qualitativa, e o procedimento técnico utilizado foi o de Pesquisa, onde envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento;

1.2 POPULAÇÃO-ALVO

A população alvo é o somatório do esforço da sociedade (PIB) para o financiamento das políticas públicas (Arrecadação Tributária), no período de 1988 a 2012, publicados nos sítios da OCDE, ONU, IBPT e IBGE.

1.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa nos sítios da OCDE, ONU, IBPT e IBGE, entre outros, com o objetivo de levantar dados para embasar tópicos referentes ao problema e aos objetivos a serem estudados.

Segundo Roesch (2005), existem diversas técnicas de coletas de dados, porém as mais utilizadas são: entrevistas, observação, e uso diários. Os instrumentos de coleta de dados são caracterizados pelo procedimento de pesquisa, pela maneira com que se conduz o estudo e se obtêm os dados.

1.4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisados os gráficos que forneciam dados atuais e passados sobre as variações do PIB e arrecadação de tributos no Brasil. A análise dos dados coletados servirá de base para elaboração das análises.

Para Roesch (2005) o pesquisador ao encerrar sua coleta de dados, se depara com uma quantidade imensa de notas de pesquisa ou de depoimentos, os quais terá que organizar para depois interpretar.

Após a coleta de dados, deve-se proceder a análise e a interpretação dos dados com o objetivo de “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação, e a interpretação a. procura do sentido mais amplo das respostas,... Feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 1999, p.166)

1.5 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação se iniciou com uma visita aos sítios da OCDE, ONU, IBPT e IBGE, entre outros, para visualizar com mais transparência e magnificência, os detalhes da situação.

O trabalho teve seu início com a análise dos gráficos e valores contidos nos sítios objeto de análise.

2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, com as técnicas disponíveis e a seleção das aplicáveis à pesquisa, após a coleta de dados, procedeu-se a análise e a interpretação dos dados

Segundo Mattar (1998), há dois tipos básicos de análises que podem ser feitas: descrição dos dados e inferências a partir dos dados.

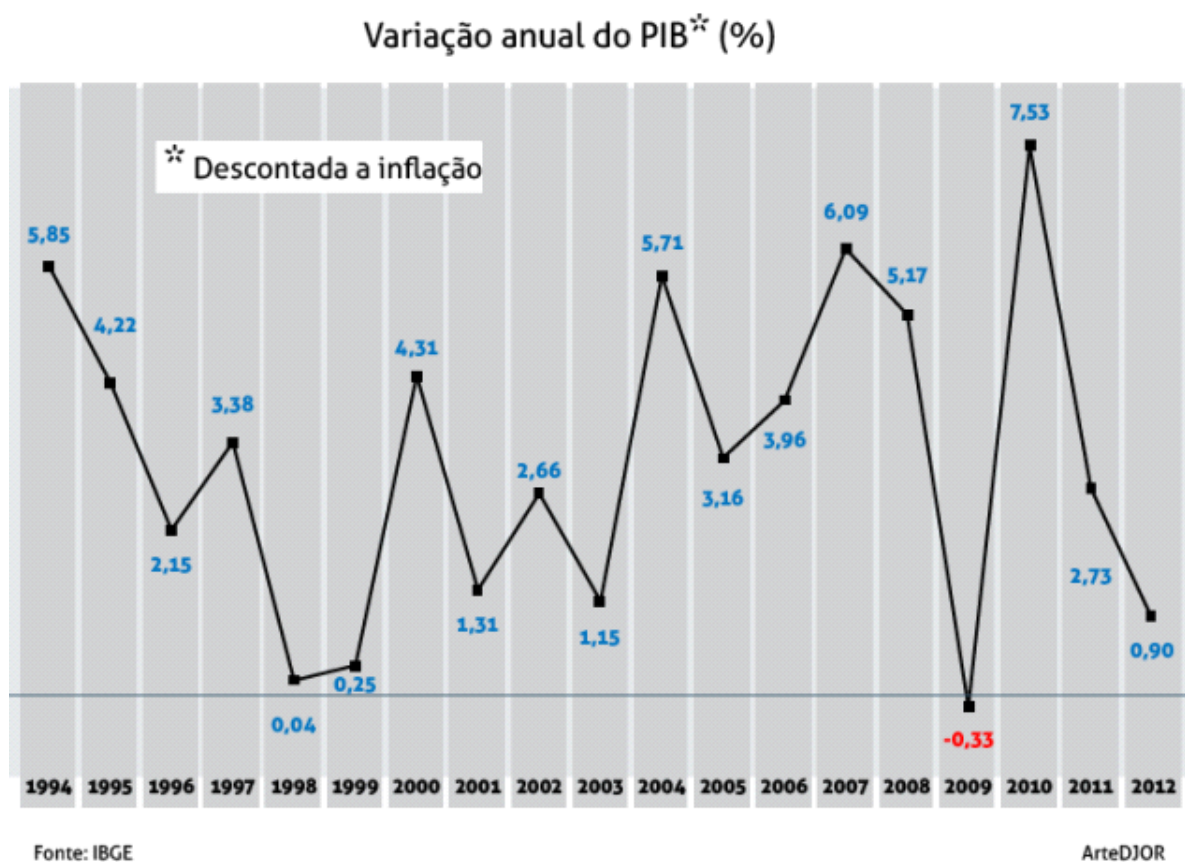
Pode-se adotar a Análise de Conteúdo como técnica, que consiste na “descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação.” (LAKATOS e MARCONI, 1992, p. 107).

Conforme Bardin (1977), a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção-recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

O interesse da Análise de Conteúdo não reside na descrição dos conteúdos, mas sim o que esses podem revelar ao serem tratados por classificação (categorização), relativamente às questões de pesquisa.


2.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS

O principal objetivo desse trabalho é apresentar as principais consequências da percepção da presença cada vez mais constante e eficaz da “mão invisível” do Estado, face as novas obrigações acessórias que expõem os contribuintes, na questão da sonegação fiscal, corroborada por uma legislação tributária complexa, com dúbias interpretações e constantes alterações.



BRASIL COBRA MUITO, MAS DEVOLVE POUCO

País é o último na lista de Índice de retorno dos impostos à sociedade entre os 30 países com maior tributação

		Carga tributária*	IDH**	Índice
1º	Estados Unidos	24,00	0,95	168,2
2º	Japão	25,30	0,96	167,2
3º	Irlanda	27,90	0,96	164,5
4º	Coreia do Sul	25,80	0,93	164,2
5º	Austrália	30,68	0,97	161,7
6º	Grécia	29,40	0,95	161,7
7º	Suíça	30,03	0,96	161,6
8º	Canadá	31,10	0,97	161,4
9º	Espanha	30,70	0,95	160,4
10º	Nova Zelândia	31,00	0,94	159,6
13º	Uruguai	27,00	0,86	157,0
14º	Reino Unido	34,30	0,94	155,6
16º	Argentina	29,00	0,86	154,8
18º	Alemanha	37,00	0,94	152,4
20º	Noruega	41,00	0,97	150,1
22º	França	41,90	0,96	148,0
25º	Suécia	43,80	0,96	146,1
26º	Bélgica	43,20	0,95	145,9
27º	Itália	43,50	0,95	145,3
28º	Dinamarca	44,20	0,95	145,1
29º	Hungria	39,00	0,88	144,7
30º	 Brasil	34,41	0,81	144,0

*2009 **Índice de Desenvolvimento Humano, 2010 Fonte: OCDE, ONU e IBPT

Sonegação no Brasil

Veja algumas conclusões do estudo mais recente do IBPT sobre o assunto. O Instituto planeja divulgar uma nova pesquisa no ano que vem.



4 CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa que serviu de base para esse trabalho, percebe-se o crescente, sistemático e constante crescimento da arrecadação tributária brasileira face uma desaceleração na economia nos últimos anos.

Um dos motivos que explica esse fenômeno é a eficácia da fiscalização das fazendas públicas sobre os contribuintes, através de novas sistemáticas de monitoramento nas obrigações acessórias.

Os contribuintes já se deram conta que a “mão invisível” do Estado está mais presente e aplicando severas multas aos sonegadores.

Isso tem um efeito positivo, que é o de, ao longo do tempo, acabar com a concorrência desleal por parte dos sonegadores.

Entretanto, a complexidade da legislação tributária brasileira, unida à sua instabilidade, faz com que os empresários tenham muitas dificuldades para entendê-la, o que os leva, muitas vezes, a não se utilizarem de um direito já existente, por desconhecimento ou, ainda, à prática de infrações fiscais contrárias à sua vontade, atribuindo um merecimento especial à necessidade de se adotar um planejamento tributário capaz de remediar as imperfeições. O mercado está carente de mão de obra que entenda essa complexidade e como ela se encaixa nas novas obrigações acessórias, sem expor os contribuintes a possíveis multas, apenas por questões formais e não por apropriação do erário.

Estima-se que atualmente as empresas escondam 25% de seu faturamento para sonegar impostos, utilizando tal procedimento como diferencial competitivo predatório e desleal. Essa sonegação, somada à das pessoas físicas, estima-se que represente 9% do PIB brasileiro. Em 10 anos, a sonegação deve cair para um nível comparado ao de países desenvolvidos, devido aos novos sistemas de cruzamento de dados, projeta o IBPT.

O resultado dessa percepção pode ser facilmente expresso em números, pois em 1994 o PIB brasileiro cresceu 5,85% e em 2012 um pífio crescimento de 0,90% (já descontada a inflação). No mesmo período, a arrecadação de tributos, que em 1994 era de R\$ 136,73 bi, representando 28,61% do PIB, passou em 2012 para R\$ 1,59 tri, representando 36,27% do PIB.

Ora, se carga tributária nada mais é do que a medida do esforço da sociedade para o financiamento das políticas públicas (arrecadação de tributos / PIB), seria lógico que a arrecadação tributária acompanhasse o movimento do PIB. O que tem ocorrido nos últimos

anos, é exatamente o contrário, em função da percepção da presença cada vez mais intensa da “mão invisível” estatal.

O lado positivo do gradual aumento da presença da “mão invisível” do estado está no fato de, proporcionalmente, acabar com a concorrência desleal baseada em sonegação tributária. Para ser justa, deveria vir acompanhada de uma já tardia e reclamada reforma tributária.

Pela análise das questões desenvolvidas neste trabalho, é fácil concluir que o planejamento tributário representa um instrumento vital às empresas. Assim, o máximo valor empresarial só poderá ser obtido com a minimização da exposição da empresa ao impacto tributário por meio da efetivação de um planejamento tributário. E isso é especialmente importante no cenário típico de negócios brasileiro, no qual o impacto tributário comparece como um dos mais importantes fatores da mortalidade empresarial.

Recomenda-se que sejam desenvolvidos novos estudos e pesquisas relativos às técnicas e práticas tributárias, como forma de se dotar o mercado de melhor capacidade de competição e, como consequência, a elevação do valor da empresa, eliminando as falhas nos procedimentos que tenham reflexos tributários, tais como: as omissões involuntárias no cumprimento das obrigações acessórias que acarretam penalidades relevantes, sem que a organização tenha tido qualquer compensação financeira, ou, ainda, fazer com que a organização tenha condições de optar pelo procedimento menos oneroso face às alternativas legais que se apresentam em cada situação.

Por fim, destaca-se que, diante da pouca preocupação com assuntos de natureza tributária em nossa sociedade, caberia aos órgãos de imprensa, escolas e universidades contribuírem para a promoção de uma ampla conscientização tributária nacional, a fim de que todos se tornem parte integrante desse importante e ininterrupto processo de exercício da cidadania que representa a definição do sistema tributário nacional. O processo deveria ainda ter a participação ativa de todos os cidadãos que, acompanhando e cobrando de seus representantes uma postura digna e justa, propiciaria, inevitavelmente, a elevação do padrão tributário nacional, de tal sorte que esse se tornasse, pelo menos, mais justo, seguindo os preceitos constitucionais já vigentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Agência. **Varição Anual do PIB.** Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/ckfinder/userfiles/images/infograficos/variacao-anual-do-pib-1994-2012>> Acesso em 12/04/2013

DE OLIVEIRA, Gustavo Pedro. **Contabilidade Tributária.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

IBGE. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>> Acesso em 18/03/2013

IBPT. Disponível em <<http://ibpt.com.br/noticia/896/brasil-tem-alta-carga-tributaria-mas-continua-oferecendo-menor-retorno-a-populacao>> Acesso em 07/04/2013.

NOGUEIRA, Fernando. **Carga Fiscal X IDH.** Disponível em <<http://fernandonogueiracosta.files.infopress.com/2011/06/carga-fiscal-x-idh.png?w=869>> Acesso em 26/04/2013.

OCDE. Disponível em <http://fazenda.gov.br/sain/pcn/documentos_outros_documentos.asp> Acesso em 08/04/2013.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.** 1ª ed. São Paulo: Victor Civita, 1974.

APÊNDICE A - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: Eliseu Pereira Marengo

Endereço: Rua Senador Alberto Pasqualini, nº 671

Data de Nascimento: 18/05/1966

Fone p/ Contato: (51) 9975-4789

E-Mail: eliseu@marengo.com.br

Empresa atual: Ramos & Marengo Ltda

Endereço: Av. Cel. Victor Villa Verde, nº 151 – Sala 01

Fone p/ Contato: (51) 3662-3589

E-Mail: eliseu@marengo.com.br

Experiência Profissional

Empresa: Ramos & Marengo Ltda

Ramo de Atividade: Organização Contábil

Período: Desde 14/11/1994

Cargo: Sócio-Administrador